cios Correlativos do distrito de Lisboa todos os profissionais representados pelo referido Sindicato que trabalhem no mesmo distrito.

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 15 de Maio de 1941.—O Secretário, interino, *Frederico Lemos de Macedo Santos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 31:282

Convindo uniformizar e simplificar a liquidação do imposto sobre a aplicação de capitais, secção A, relativo aos juros ou compensação da mora a que se refere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 8:719, de 17 de Março de 1923, sempre que se trate de contratos de venda a prestações de mobiliários que sirvam de garantia ao seu próprio pagamento;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O imposto sobre a aplicação de capitais, secção A, pelos juros ou compensação da mora incluídos nos contratos de pagamento em prestações do preço da venda de mobiliários quando haja estipulação de juros ou os próprios objectos sirvam de garantia ao seu pagamento será feito por meio de guia, em duplicado, passada pelo vendedor (credor) dentro de dez dias contados da data do vencimento de cada prestação.

§ 1.º O imposto é sempre devido desde que haja a garantia prevista neste artigo e incidirá nos juros ou importância da recompensa declarados, não recaindo, porém, a liquidação em quantia inferior à que resulte do produto da taxa de 8 por cento ao ano sobre a prestação vencida.

§ 2.º Se o vendedor (credor) não residir no continente ou ilhas adjacentes a obrigação do pagamento compete ao comprador (devedor).

Art. 2.º Para os efeitos do artigo 1.º, juntamente com a guia relativa à primeira prestação será apresentada na secção de finanças declaração, em duplicado, de onde conste:

- a) Nome e morada ou sede da entidade vendedora (credor);
- b) Referência ao objecto vendido, com a indicação do número e letras, havendo-os;
- c) Nome e morada do comprador (devedor);
- d) Preço de venda;
- e) Importância e data do vencimento de cada uma das prestações;
- f) Taxa de juro ou importância da recompensa pela mora incluída no contrato.

§ 1.º No duplicado será passado recibo, datado e assinado pelo chefe da secção de finanças.

§ 2.º Nas guias relativas às diversas prestações far-se-á referência à data da entrega da declaração a que alude o corpo deste artigo, ao número de ordem da prestação a que dizem respeito e à respectiva importância.

Art. 3.º Feita a liquidação eventual do imposto e efectuado o pagamento, será averbado este nos dois exemplares da guia, arquivando-se um na secção de finanças e restituindo-se o outro ao contribuinte.

§ único. Nenhuma liquidação poderá ser feita por período inferior a um mês.

Art. 4.º Não poderá ser registado o privilégio ou a hipoteca pela venda a prestações de viaturas automóveis

ou de quaisquer outros objectos que gozem do mesmo privilégio sem que se mostre ter sido apresentada a declaração referida no artigo 2.º e pago imposto sobre a aplicação de capitais, secção A, relativo à primeira prestação, cumprindo ao conservador assegurar-se previamente de que as indicações constantes da declaração que serviu de base à liquidação e guia de pagamento correspondem às do contrato que se pretender registar.

§ único. Não poderá ser cancelado o privilégio a que se refere o corpo deste artigo sem que se mostre pago o imposto sobre a aplicação de capitais relativo a todas as prestações.

Art. 5.º No caso de prorrogação do contrato ou de reforma de letras representativas de quaisquer prestações é obrigatório o averbamento destes factos no competente registo. Este averbamento só poderá fazer-se depois de pago o imposto relativo às prestações vencidas e apresentada declaração suplementar de onde constem os termos da prorrogação.

Art. 6.º Se o credor tiver de propor qualquer acção em juízo, esta prosseguirá, sem outra exigência fiscal, desde que ao pedido se junte certidão em que se prove o pagamento do imposto sobre a aplicação de capitais, secção A, respeitante aos títulos ou documentos que servem de base à acção; mas se no julgamento da causa se ordenar a liquidação de juros ou indemnização, além dos que foram tributados, o juiz mandará expedir guia, em duplicado, para pagamento do imposto que fôr devido e só depois de juntar ao processo um exemplar dessa guia com a verba de pagamento poderá mandar entregar ao autor a importância a que tiver direito.

Art. 7.º A inexactidão das declarações a que se refere o artigo 2.º ou a falta da entrega da guia no prazo legal será punida com multa igual ao dôbro do imposto que fôr devido, sem prejuízo do pagamento deste.

Art. 8.º Haverá nas secções de finanças um livro autenticado pelos directores de finanças, com termo de abertura e encerramento, para o registo dos contribuintes sujeitos ao imposto sobre a aplicação de capitais, nos termos previstos neste decreto, contendo:

- 1.º Número de ordem do registo;
- 2.º Nome e morada do vendedor (credor);
- 3.º Nome e morada do comprador (devedor);
- 4.º Especificação do objecto vendido e seu número, se o tiver;
- 5.º Importância de cada prestação;
- 6.º Data do vencimento;
- 7.º Data do pagamento do imposto e número de referência ao livro 8-A;
- 8.º Referência às prorrogações;
- 9.º Observações.

Este livro será preenchido, em face das declarações apresentadas, nos termos dos artigos 2.º e 5.º e fica constituindo elemento de fiscalização de pagamento do imposto.

Art. 9.º As dúvidas que se levantem na execução do presente decreto serão resolvidas por despacho do Ministro das Finanças.

Art. 10.º (transitório). Os manifestos em vigor por dívidas mencionadas no artigo 1.º serão cancelados depois de o credor apresentar a declaração estabelecida no artigo 2.º

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1941. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.